

08/08/2000

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 222.532-9 MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE
RECORRENTE: SANDRA SANTOS MOURA
ADVOGADOS: JOSÉ DA SILVA CALDAS E OUTROS
RECORRIDO: ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADA: PGE-MG - ANA PAULA ARAÚJO RIBEIRO

EMENTA: 1. Servidor estadual em estágio probatório: exoneração não precedida de procedimento específico, com observância do direito à ampla defesa e ao contraditório, como impõe a Súmula 21-STF: nulidade.

2. Nulidade da exoneração: efeitos.

Reconhecida a nulidade da exoneração deve o servidor retornar à situação em que se encontrava antes do ato questionado, inclusive no que se refere ao tempo faltante para a complementação e avaliação regular do estágio probatório, fazendo jus ao pagamento da remuneração como se houvesse continuado no exercício do cargo; ressalva de entendimento pessoal do relator manifestado no julgamento do RE 247.349.

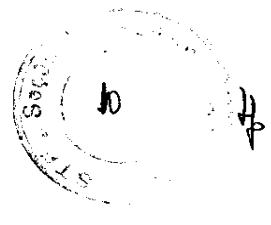
A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso extraordinário e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 08 de agosto de 2000.

SYDNEY SANCHES - PRESIDENTE

SEPÚLVEDA PERTENCE - RELATOR



RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 222.532-9 MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE
RECORRENTE: SANDRA SANTOS MOURA
ADVOGADOS: JOSÉ DA SILVA CALDAS E OUTROS
RECORRIDO: ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADA: PGE-MG - ANA PAULA ARAÚJO RIBEIRO

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE: RE, a, contra acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que julgou improcedente ação ajuizada pela recorrente, ex-servidora estadual exonerada no curso do estágio probatório, visando à anulação do ato de exoneração, à reintegração no cargo, ao pagamento da remuneração que deixou de perceber e ao cômputo, para todos os fins, do tempo de serviço que ficou afastada.

Extraio, do voto condutor do aresto recorrido (f. 92/95):

"CONHEÇO DO RECURSO, interposto a tempo e modo, negando-lhe, porém, acolhida, eis que satisfeitas foram as imposições legais da apuração de sua capacidade funcional, depurando-se sua desídia e inadaptação às condições legais das funções que lhe foram atribuídas, sofrendo punições administrativas em decorrência do mau desempenho de suas funções, após ser advertida por avisos, como se vê nos documentos de fls. 33/36, com ampla oportunidade de se opor às mesmas, quer através de recurso administrativo ou judicial, estando perfeitamente acatadas as garantias do art. 5º, LV da CF vigente.

Doutrina HELY LOPES MEIRELLES:

"Comprovado durante o estágio probatório que o funcionário não satisfaz as exigências legais de Administração, pode ser exonerado justificadamente pelos dados colhidos no serviço, na forma estatutária, independentemente de inquérito administrativo, isto é, de processo administrativo disciplinar.

O necessário é que a Administração justifique, com base em fatos reais, a exoneração.... Se a Administração não pudesse exonerar o funcionário em fase de observação, nenhuma utilidade teria o estágio probatório, criado precisamente para se verificar, na prática, se o candidato à estabilidade confirma aquelas condições teóricas de capacidade que demonstrou no concurso....

Essa exoneração não é penalidade, não é demissão; é simplesmente dispensa do funcionário por não convir à Administração a sua permanência, uma vez que se revelaram insatisfatórias as condições de seu trabalho na fase experimental, sabiamente instituída pela Constituição para os que almejam a estabilidade no serviço público."

O que os tribunais têm entendido - e com inteira razão - é que a exoneração na fase probatória não é arbitrária, nem imotivada. Deve basear-se em motivos e fatos reais que revelem a inaptidão ou desídia do funcionário em observação, defeitos esses apuráveis e comprováveis pelos meios administrativos consentâneos (ficha de ponto, anotações na folha de serviço, investigações regulares sobre a conduta no trabalho etc.), sem o formalismo de um processo disciplinar." ("Direito Administrativo Brasileiro", 15º ed., RT, 1990, p. 378).

O Colendo STF [trata-se, na verdade, de decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça] decidiu, a propósito:


"A exoneração ou dispensa não é disciplinar, independente de comprovação da prática de infração, baseando-se exclusivamente na conveniência da Administração Pública ou a pedido do funcionário, sem caráter punitivo. Se, por vontade da Administração, é suficiente o ato motivado." (RSTJ 57/152).

Vê-se, pois, que o que as leis, a doutrina e a jurisprudência vedam é a dispensa ou demissão sem fundamento, em ato arbitrário, tal incorrendo se a exoneração ocorreu com base em fatos reais, comprovados e comunicados ao estagiário, como ocorrido, tendo a apelante demonstrado sua desídia no exercício de suas funções. Tal procedimento administrativo supre a instauração de procedimento administrativo."

No RE, aponta a recorrente violação ao art. 5º, LV, da Constituição, ao fundamento de que não lhe foi concedida qualquer "oportunidade de defesa, não podendo ser considerada como tal as advertências que lhe foram entregues". Alega, ainda, que o acórdão recorrido, ao afirmar que a mera comunicação das faltas ao servidor exonerado supre a falta de inquérito administrativo, divergiu da orientação consolidada na Súmula 21 do Supremo Tribunal Federal.

O Ministério Público, em parecer do il. Subprocurador-Geral Roberto Monteiro Gurgel, opina pelo desprovimento do RE.

É o relatório.



V O T O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (Relator): Tem razão a recorrente: mesmo em se tratando de exoneração de servidor em estágio probatório, é de rigor a observância do direito à ampla defesa e ao contraditório.

Essa tem sido, com efeito, a orientação do STF, como se vê da decisão proferida no julgamento do RE 230.540 (Galvão, DJ 13.8.99), assim ementada:


"POLICIAL MILITAR. DISPENSA. ESTÁGIO PROBATÓRIO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.

O policial militar, conquanto em fase de estágio probatório, somente pode vir a ser desligado da Corporação mediante regular processo administrativo, em que lhe seja garantida a oportunidade de defender-se, utilizando-se, para tanto, de provas, sob a égide do contraditório.

Recurso conhecido e provido."

Disse, então, em seu voto o em. Min. Ilmar Galvão:

"O acórdão recorrido está assim fundamentado (fls. 96/7):



"O soldado PM de 2ª Classe, enquanto não concluído o curso de formação técnico profissional, é considerado em estágio probatório, a teor do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 697, de 24 de novembro de 1992, e bem por isso, suscetível de ser

exonerado se não preencher os requisitos estabelecidos na lei.

Segundo Hely Lopes Meirelles, "essa exoneração não é penalidade, não é demissão; é simples dispensa do servidor; por não convir à Administração a sua permanência uma vez que se revelaram insatisfatórias as condições de seu trabalho na fase experimental, sabiamente instituída pela Constituição para os que almejam a estabilidade no serviço público" (Direito Administrativo Brasileiro, RT, 15ª edição, pág. 378).

A estabilidade dos servidores públicos militares, ao contrário do que ocorre com os servidores civis, é matéria afeta à lei ordinária, por força do disposto no art. 42, par. 9º, da CF.

De se ver, portanto, que os princípios da ampla defesa e do contraditório não se aplicam ao caso concreto, por não se tratar de procedimento administrativo em que se imputa ao funcionário público militar falta funcional.

Trata-se de ato discriminatório da Administração que só se sujeita ao controle do Poder Judiciário quanto ao aspecto da legalidade, sendo defeso imiscuir-se no seu mérito.

A jurisprudência também se orienta no sentido de ser dispensável inquérito administrativo para a exoneração de servidor em estágio probatório "Não cumprido o estágio probatório, a administração pode **exonerar justificadamente** o servidor, independentemente de inquérito administrativo" (RSTJ 31/232; JTJ 161/139).

O ato de dispensa do impetrante, desta forma, não está eivado de qualquer ilegalidade, sendo de rigor a denegação da ordem impetrada."

Trata-se de entendimento que não encontra respaldo na Carta de 1988, que, no inc. LV do art. 5º, dispõe:



"LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".

A propósito, doutrina Celso Ribeiro Bastos ("Comentários à Constituição do Brasil", 2º vol., p. 268):

"No que diz respeito aos destinatários, impõe-se reconhecer que o dispositivo procurou ser de extrema abrangência.

Com efeito, além de tornar certo que o preceptivo se volta aos litigantes em processo judicial, conferiu igual destinação aos envolvidos em processos administrativos. Esta inclusão foi extremamente oportuna porque veio consagrar uma tendência que já se materializava no nosso direito, qual seja: a de não despertar estas garantias aos indiciados em processos administrativos. Embora saibamos que as decisões proferidas no âmbito administrativo não se revestem do caráter da coisa julgada, sendo passíveis portanto de uma revisão pelo Poder Judiciário, não é menos certo, por outro lado, que já dentro da instância administrativa podem perpetrar-se graves lesões a direitos individuais cuja reparação é muitas vezes de difícil operacionalização perante o Judiciário."

Registre-se haver o STF editado, antes da Constituição de 1988, a Súmula nº 21, segundo a qual, "funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade".

No caso, o recorrente, conquanto em fase de estágio probatório, somente poderia vir a ser desligado da Corporação em sede de regular processo administrativo, em que lhe houvesse sido oferecida oportunidade de defender-se, utilizando-se, para tanto, das provas que tivesse, sob a égide do contraditório."



No caso, não se concedeu à recorrente qualquer oportunidade de defesa, a tanto não correspondendo, data venia, a simples comunicação das advertências e sanções disciplinares que lhe foram aplicadas. Ter ciência, obviamente, não é defender-se. A exoneração, em todo caso, não foi precedida de qualquer procedimento específico, como impõe de modo categórico a Súmula 21.

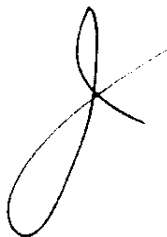
A doutrina respeitável de Hely Lopes Meirelles - que continua a ser prestigiada por diversos magistrados e tribunais a despeito da jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal -, não tem trazido bons frutos à Administração Pública, que, dispensando-se de maiores formalidades no momento da exoneração, vê-se obrigada, ao cabo de longas demandas judiciais, quando o STF afinal se pronuncia, a reintegrar servidores indesejados e a pagá-los, sem nenhuma contrapartida, a remuneração de anos, que deixaram de perceber.

É de reconhecer-se, portanto, a nulidade da exoneração e, com a ressalva de entendimento pessoal manifestado no julgamento do RE 247.349, a obrigação do Estado ao pagamento da remuneração que teria sido percebida pela autora. Não, todavia, o direito ao cômputo, para todos os efeitos, do tempo em que a recorrente esteve afastada do cargo: anulada a exoneração, o servidor deve retornar à situação em que se encontrava antes do ato questionado, inclusive no



que se refere ao tempo faltante para a complementação e avaliação regular do estágio probatório.

Conheço do recurso extraordinário e lhe dou provimento para declarar a nulidade da exoneração, determinar o retorno da recorrente ao cargo anteriormente ocupado, e condenar o Estado ao pagamento da remuneração, como se a autora houvesse continuado no exercício do cargo. Fixo os honorários em 15% do valor da condenação: é o meu voto.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large loop followed by a cross-like stroke.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA


RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 222.532-9

PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : **MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE**
RECTE. : SANDRA SANTOS MOURA
ADVDS. : JOSÉ DA SILVA CALDAS E OUTROS
RECD. : ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVDA. : PGE-MG - ANA PAULA ARAÚJO RIBEIRO

Decisão: A Turma conheceu do recurso extraordinário e lhe deu provimento, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidiu o julgamento o Ministro Sydney Sanches na ausência, ocasional, do Ministro Moreira Alves. Ausente, ocasionalmente, o Ministro Octavio Gallotti. 1ª. Turma, 08.08.2000.

Presidência do Ministro Moreira Alves. Presentes à Sessão os Ministros Sydney Sanches, Octavio Gallotti, Sepúlveda Pertence e Ilmar Galvão.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.


Ricardo Dias Duarte
Coordenador